



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível  
Nº CNJ : 0049688-97.2016.4.02.5101 (2016.51.01.049688-3)  
RELATOR : Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER  
EMBARGAD : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ  
O  
ADVOGADO : RJ112442 - CLAUDIA MARIA DA SILVA DE SOUZA  
EMBARGAN : JAVA PARTICIPACOES LTDA  
TE  
ADVOGADO : RJ155549 - DANIEL CAMPOS GUIMARAES DA CUNHA  
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00496889720164025101)

## **E M E N T A**

**ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO.**

1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15. Desse modo, não assiste razão ao Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão e o posicionamento adotado.
2. Os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.
3. Recurso conhecido e desprovido.

## **A C Ó R D ã O**

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2019.

**GUILHERME DIEFENTHAELER,**  
Desembargador Federal - Relator.

/bls



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível  
Nº CNJ : 0049688-97.2016.4.02.5101 (2016.51.01.049688-3)  
RELATOR : Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER  
EMBARGAD : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ  
O  
ADVOGADO : RJ112442 - CLAUDIA MARIA DA SILVA DE SOUZA  
EMBARGAN : JAVA PARTICIPACOES LTDA  
TE  
ADVOGADO : RJ155549 - DANIEL CAMPOS GUIMARAES DA CUNHA  
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00496889720164025101)

## RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 200/202) opostos por **JAVA PARTICIPACOES LTDA** em face do Acórdão proferido às fls. 192/197, alegando a existência de omissão, requerendo a majoração dos honorários advocatícios por apreciação equitativa, e não em percentual, como adotado na decisão impugnada.

**É o Relatório. Peço dia para julgamento.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível  
Nº CNJ : 0049688-97.2016.4.02.5101 (2016.51.01.049688-3)  
RELATOR : Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER  
EMBARGAD : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ  
O  
ADVOGADO : RJ112442 - CLAUDIA MARIA DA SILVA DE SOUZA  
EMBARGAN : JAVA PARTICIPACOES LTDA  
TE  
ADVOGADO : RJ155549 - DANIEL CAMPOS GUIMARAES DA CUNHA  
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00496889720164025101)

## VOTO

O EXMO. DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER  
(RELATOR)

Ao proferir o Acórdão, o Tribunal cumpre o seu ofício jurisdicional, só podendo alterá-lo nos casos elencados no art. 494 do CPC/15, vale dizer, nas hipóteses de embargos de declaração ou de correção de erros materiais.

Examinada a petição dos Embargos de Declaração, constata-se que nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15. Desse modo, não assiste razão ao Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão e o posicionamento adotado.

Ademais, destaco que na decisão recorrida há menção aos preceitos constitucionais e legais necessários para resolução da presente lide, sendo que *"o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para o proferir a decisão; (...) sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida"* (STJ, Primeira Seção, EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI, DJe 15/06/16, unânime).

Diante do exposto, **CONHEÇO E NEGO PROVIMENTO** aos Embargos de Declaração.

É como voto.

**GUILHERME DIEFENTHAELER,**  
Desembargador Federal - Relator.

/bls